

UM OLHAR SOBRE A VULNERABILIDADE INFANTIL: TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO EM CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.058-013>

Káthia Susana Almeida

Doutoranda em Sociologia

Universidade Federal do Paraná

E-mail: learning.and.business@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6487-274X>

Resumo

O abuso sexual infantil configura-se como uma grave violação de direitos humanos, com repercussões profundas no desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo das crianças. Dentre os diversos impactos decorrentes dessa violência, destaca-se o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), uma psicopatologia frequentemente diagnosticada em vítimas que vivenciaram situações traumáticas, especialmente em contextos de abuso. No ambiente escolar, onde a criança passa grande parte do tempo, as manifestações do TEPT podem ser perceptíveis por meio de dificuldades de aprendizagem, retraimento social, alterações comportamentais e queda no rendimento escolar. Este estudo tem como objetivo analisar os efeitos do abuso sexual infantil no desenvolvimento psicológico das crianças em idade escolar, com ênfase na manifestação do TEPT e suas implicações no cotidiano escolar. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com base em artigos científicos, livros especializados, legislações e documentos institucionais que abordam o abuso sexual infantil, os sintomas do TEPT em crianças e o papel da escola na rede de proteção. A análise das fontes evidenciou que o TEPT, quando não diagnosticado e tratado precocemente, pode comprometer seriamente a subjetividade da criança, dificultando sua inserção social e prejudicando seu processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Abuso Sexual Infantil; Consequências; Psicologia; Trauma.

1 INTRODUÇÃO

A infância é uma fase fundamental para o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo do ser humano. No entanto, quando marcada por experiências traumáticas, como o abuso sexual, essa etapa da vida pode ser comprometida de forma significativa. A violência sexual contra crianças viola direitos fundamentais e desencadeia uma série de prejuízos psicológicos, dentre os quais o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) se destaca como um dos mais recorrentes e devastadores.

O TEPT é caracterizado por sintomas como revivência constante do trauma, evitamento de situações

associadas ao evento, alterações negativas de humor e excitação aumentada, que comprometem o bem-estar e a funcionalidade da criança. Esse quadro psicopatológico, quando não identificado e tratado de forma adequada, pode gerar impactos duradouros na vida escolar e social, dificultando a aprendizagem, a construção de vínculos e a autoestima. Crianças com TEPT podem apresentar comportamentos disfuncionais, retraimento, agressividade ou queda no rendimento escolar, o que exige atenção especial por parte da escola.

Nesse contexto, a escola se apresenta como um espaço estratégico para a identificação de sinais de sofrimento e para o encaminhamento adequado das vítimas à rede de proteção. Por ser o segundo ambiente de socialização da criança, a instituição escolar pode perceber mudanças comportamentais e emocionais que indicam situações de abuso. No entanto, a omissão, a falta de preparo ou o desconhecimento por parte dos educadores ainda são obstáculos à efetiva proteção das crianças vítimas de violência sexual.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre o abuso sexual infantil e o desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático em crianças escolares, enfatizando os impactos na vida escolar e o papel dos profissionais da educação na detecção e encaminhamento dos casos. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de ampliar o debate interdisciplinar sobre o fenômeno, sensibilizando educadores, profissionais da saúde e do direito quanto à importância da atuação integrada na prevenção e no enfrentamento da violência sexual contra crianças.

Para tanto, será utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, com base em estudos e publicações científicas que abordam o abuso sexual infantil, o TEPT e o papel da escola na proteção de crianças vulneráveis. A análise visa contribuir com reflexões teóricas que possam subsidiar práticas educativas mais sensíveis, comprometidas com os direitos da infância e com o acolhimento das vítimas, promovendo um olhar mais atento à saúde mental e à dignidade de crianças expostas a situações de violência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DANOS FÍSICOS E EMOCIONAIS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

O abuso sexual passou a ser reconhecido como uma questão política a partir da década de 1960, em meio às críticas promovidas pela segunda onda do movimento feminista. Esse movimento questionava o modelo patriarcal de família, que, segundo sua análise, legitimava a violência exercida por homens contra mulheres e por adultos contra crianças. Já entre os anos 1980 e 1990, essa crítica foi assimilada por novos movimentos sociais voltados à defesa dos direitos da infância e da adolescência, que passaram a tratar o abuso sexual infantojuvenil como uma problemática política específica, exigindo atenção e enfrentamento próprios (Lowenkron, 2010).

O abuso sexual caracteriza-se pela imposição de práticas eróticas ou sexuais a crianças ou

adolescentes, por meio de violência física, intimidação ou manipulação de sua vontade. Essas práticas podem variar desde comportamentos sem contato físico direto – como o voyeurismo, o exibicionismo e a produção de imagens – até atos que envolvem contato sexual, com ou sem penetração. Trata-se de um fenômeno que possui uma dinâmica própria, frequentemente iniciando-se de forma discreta. À medida que o agressor conquista a confiança da vítima, os comportamentos de cunho sexual tornam-se progressivamente mais íntimos e invasivos (Santos; Dell’Aglia, 2010).

Diante disso, é importante observar que o abuso sexual não se limita à relação sexual em si, mas também inclui comportamentos como carícias inapropriadas, manipulação dos órgãos genitais, uso de linguagem obscena, exposição indevida da imagem da criança, exibição dos órgãos genitais, bem como práticas de sexo oral, anal ou vaginal (Amorim et al., 2021).

Assim, Lowenkron (2010) ressalta que a ênfase na definição do abuso sexual recai sobre a assimetria de poder existente entre as partes envolvidas – seja em razão da diferença de idade, nível de experiência, posição social ou outras formas de desigualdade –, bem como sobre o dano psicológico causado à vítima. O abuso pode ocorrer por meio de força física, promessas, ameaças, coerção, manipulação emocional, enganos ou pressões diversas. Um aspecto central na caracterização do abuso é a invalidez do consentimento sexual da criança, que, em nenhuma circunstância, pode ser considerada como sujeito autônomo em uma relação sexual com adultos e, em determinados casos, nem mesmo com outra criança ou adolescente mais velho. Nesses contextos, a criança é vista apenas como objeto da satisfação sexual do outro.

A manifestação da violência sexual envolve diversas dimensões, incluindo o poder exercido no ambiente intrafamiliar, os condicionamentos sociais e culturais, bem como a lógica do abuso, marcada pela imposição e pela exigência de obediência, em que o mais forte submete o outro à sua vontade (Faleiros, 2001).

A violência sexual exerce profundo impacto na vida da criança, que é submetida a práticas contra sua vontade, gerando dor física, abalo emocional e intensa confusão interna. Em muitos casos, a criança sente-se impotente diante da situação, sem saber como reagir, chegando, por vezes, a acreditar que está de alguma forma consentindo com o ocorrido, devido à sua incapacidade de compreender e enfrentar a violência sofrida (Brilhante, 2022).

Diante disso, crianças submetidas à violência psicológica frequentemente apresentam consequências de longo prazo, tais como distúrbios no crescimento, dificuldades na coordenação motora, problemas de aprendizagem, além de desequilíbrios emocionais e sociais, que podem se manifestar por meio de comportamentos agressivos, passivos, hiperatividade e alterações no controle dos esfíncteres. No contexto da convivência cotidiana, a criança que está inserida em um ambiente permeado por esse tipo de violência – especialmente quando esta se repete – tende a naturalizar essas situações, compreendendo-as

como parte do normal. Como resposta adaptativa, passa a reproduzir tais comportamentos de forma automática, o que pode resultar na formação de um indivíduo com inclinação à prática de atos violentos (Brilhante, 2022).

Crianças que foram vítimas de abuso sexual podem desenvolver uma ampla gama de transtornos psicopatológicos, incluindo Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), estados dissociativos, quadros depressivos, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), distúrbios alimentares, manifestações psicossomáticas, comportamentos delinquentes e uso abusivo de substâncias (Borges; Dell'Aglia, 2008).

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é a psicopatologia mais frequentemente associada ao abuso sexual. Trata-se de um transtorno de ansiedade que se manifesta após a exposição a um evento traumático. Sua ocorrência está relacionada à avaliação subjetiva da vítima, marcada por respostas intensas de medo e pavor, e caracteriza-se pela presença de sintomas como revivência do trauma, comportamentos de evitação e aumento da excitabilidade fisiológica, impactando significativamente o funcionamento cotidiano da pessoa ao longo do tempo (Habigzang et al., 2010).

Conforme Inoue e Ristum (2008), as manifestações do Transtorno de Estresse Pós-Traumático durante a infância e adolescência tendem a ser mais intensas e debilitantes, devido ao fato de que as funções afetivas e cognitivas do sistema nervoso central ainda não estão completamente desenvolvidas nem plenamente reguladas.

2.2 CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NO DESEMPENHO ESCOLAR DA VÍTIMA E O PAPEL DA ESCOLA

O abuso sexual infantil constitui um fenômeno de elevada complexidade, que demanda uma abordagem multidisciplinar. Ao longo desse processo, diversas questões emergem como prioritárias, exigindo atenção e articulação entre diferentes áreas do conhecimento e setores de atuação (Fuks, 2006).

Conforme Amorim et al. (2021), o abuso sexual infantil, em muitos casos, ocorre sem que a criança tenha plena consciência de que está sendo vítima de violência. À medida que a criança cresce e passa a compreender a gravidade da situação, o agressor frequentemente recorre a estratégias como acordos, chantagens e ameaças para silenciá-la e evitar a denúncia. Em razão disso, muitas crianças permanecem em silêncio por longos períodos, dominadas pelo medo e pela vergonha, tornando-se reféns do próprio agressor. As consequências desse tipo de violência podem ser severas, incluindo danos à saúde física e mental, traumas profundos, sequelas e limitações que podem ser temporárias ou permanentes.

Os autores afirmam, ainda, que quando o abuso sexual não é identificado e tratado precocemente, pode ocasionar sérios prejuízos à autoestima da criança, além de gerar medos profundos e uma série de outras consequências que tendem a repercutir negativamente na vida adulta. Entre os possíveis efeitos estão

déficits no desenvolvimento global, especialmente no que se refere à formação da personalidade e ao comprometimento de diversas funções cognitivas (Amorim et al., 2021).

No mesmo entido, Pereira e Williams (2008) afirmam que a criança que sofre violência no ambiente familiar apresenta comprometimento em seu desenvolvimento. Os efeitos adversos da violência intrafamiliar manifestam-se no funcionamento cognitivo e emocional, bem como nas esferas escolar e social. O declínio no desempenho escolar da criança vítima configura-se como uma sequela amplamente demonstrada tanto em pesquisas internacionais quanto em estudos realizados no Brasil.

As consequências do abuso sexual infantil sobre as habilidades cognitivas podem apresentar variações individuais, dependendo da qualidade dos recursos psíquicos de cada sujeito, os quais são moldados pela interação social, experiências pessoais, relações afetivas, processos de identificação e o modelo familiar. Contudo, há consenso na literatura de que o abuso sexual na infância causa um impacto significativo, provocando desequilíbrios no desenvolvimento típico da criança. Entre os prejuízos cognitivos e intelectuais frequentemente observados destacam-se a redução do rendimento escolar, dificuldades de atenção e concentração, comprometimentos na linguagem e na aprendizagem, além da desmotivação tanto em relação às atividades escolares quanto em aspectos gerais da vida (Amorim et al., 2021).

Diante disso, o combate à violência demanda a integração efetiva de diversos setores, tais como saúde, segurança, justiça e educação, além do engajamento da sociedade civil organizada. Além do cuidador, seja familiar ou responsável, o educador é possivelmente a pessoa que mais tempo passa com crianças e adolescentes, considerando a carga horária do sistema educacional brasileiro. Contudo, a postura atualmente adotada pode levar à perda dessa oportunidade crucial de identificação e intervenção em situações de violência contra esse público (Inoue; Ristum, 2008).

Nesse cenário, a escola deve assumir o compromisso com a promoção e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, sendo que o engajamento dos educadores reforça a atuação em defesa desses direitos. O papel do professor na identificação e denúncia de casos de violência sexual é essencial, especialmente nos primeiros anos do ensino fundamental, período em que os docentes convivem diariamente por cerca de quatro horas com os alunos (Inoue; Ristum, 2008).

Na infância, uma das formas mais evidentes de identificar a presença de situações estressoras é por meio do comportamento das crianças, especialmente quando ocorrem alterações significativas em sua conduta no ambiente em que estão inseridas. Com base nessa perspectiva, as áreas da psicologia e da pedagogia atuam de forma integrada no reconhecimento dessas mudanças comportamentais, com o objetivo de detectar possíveis experiências traumáticas. Considerando que a escola é o espaço em que as crianças passam grande parte do tempo, esse ambiente torna-se essencial para a observação e intervenção precoce diante de sinais de sofrimento emocional (Brilhante, 2022).

2.3 RESSIGNIFICAÇÃO COM A PSICOLOGIA

De acordo com pesquisas, diversas situações estressantes vivenciadas na infância podem ser caracterizadas como traumas. Esses traumas não se restringem ao momento em que ocorrem, mas tendem a se refletir especialmente na vida adulta, sendo associados a prejuízos psicológicos, transtornos mentais e alterações de humor. Nesse sentido, o acompanhamento psicológico exerce um papel fundamental na forma como a criança interpretará tais estressores, contribuindo para a construção de uma compreensão mais saudável dos acontecimentos. A psicologia infantil, por sua vez, atua no auxílio à criança no reconhecimento e no manejo de seus sentimentos e emoções relacionados a esses eventos, favorecendo estratégias de enfrentamento mais adequadas (Brilhante, 2022).

O traumático caracteriza-se por uma afluência excessiva de excitações que ultrapassam a tolerância do sujeito, comprometendo sua capacidade de controlar e elaborar psiquicamente tais estímulos. Trata-se de situações nas quais a criança é submetida a um excesso de estímulos que não consegue evacuar, precisando proteger-se deles ou associá-los de modo a evitar uma ruptura psíquica, a qual resultaria em uma desorganização mental significativa. O efeito desse esforço intenso é a criação de uma espécie de cápsula psíquica que imobiliza esses elementos, cuja quantidade e intensidade seriam devastadoras para a superfície psíquica (Fuks, 2006).

Os traumas originam-se de vivências potencialmente traumáticas que não foram adequadamente elaboradas no plano psíquico por aqueles que as experienciaram. Existem diversas formas de manifestação dos traumas, as quais podem variar de acordo com fatores como a frequência da exposição ao evento, sua continuidade, o contexto em que ocorreu, a capacidade individual de atribuir significado à experiência e, sobretudo, a idade – fator que integra e potencializa todos os demais. No que se refere ao desenvolvimento psíquico, a infância representa um período crucial, especialmente até os sete anos de idade, fase em que a personalidade ainda está em formação. Mesmo após essa etapa, o amadurecimento mental e emocional continua a se desenvolver de forma gradual, sendo necessário um tempo considerável para que o indivíduo seja capaz de atribuir significados imediatos às experiências vividas (Brilhante, 2022).

Para que o desenvolvimento humano ocorra de forma plena, é necessário que os dois processos evolutivos – o mental e o emocional – estejam devidamente consolidados, o que ainda não ocorre na infância. Por isso, a criança recorre aos pais ou responsáveis como referência para atribuir significado aos acontecimentos que vivencia. No entanto, em diversas situações, especialmente quando exposta a contextos de risco ou experiências potencialmente traumáticas, a criança conta apenas com os próprios envolvidos nesses eventos para interpretar tais vivências. Isso pode resultar na internalização distorcida de situações adversas, levando-a a compreender eventos de risco como algo “normal” ou aceitável, devido à influência e manipulação dos adultos responsáveis (Brilhante, 2022).

Por se tratar de um problema de saúde pública, o abuso sexual deve ser compreendido, estudado e

discutido pelas disciplinas da área da saúde. No entanto, sua abordagem não se limita a esse campo. As áreas da educação, da justiça e da assistência social também estão diretamente envolvidas nas intervenções, o que caracteriza o fenômeno como uma questão de natureza interdisciplinar (Pelisoli; Dell’Aglia, 2014).

O psicólogo, em articulação com a rede de proteção, exerce um papel fundamental no acolhimento, na intervenção, na denúncia e na proteção da criança vítima de abuso. Por meio da terapia, busca-se possibilitar à criança a ressignificação da experiência vivida, favorecendo a elaboração do trauma e a compreensão de que o abuso constitui uma etapa dolorosa, mas superável em sua trajetória de vida (Silva, 2018).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de tipo bibliográfico, cujo objetivo é reunir, analisar e discutir conhecimentos produzidos sobre o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) em crianças vítimas de abuso sexual, especialmente no contexto escolar. A abordagem bibliográfica permite uma compreensão crítica do tema por meio do levantamento e análise de materiais já publicados, garantindo embasamento teórico e científico à reflexão proposta.

A seleção dos materiais foi realizada por meio de buscas em bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas, tais como SciELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Google Acadêmico, CAPES Periódicos e Portal de Periódicos da UNESP. Foram utilizados descritores como: “abuso sexual infantil”, “transtorno de estresse pós-traumático”, “abuso sexual na infância”, “vulnerabilidade infantil”, “impactos escolares do abuso sexual”, entre outros. As combinações dos termos foram feitas utilizando operadores booleanos como AND e OR, a fim de refinar os resultados.

Foram estabelecidos critérios de inclusão, como: artigos publicados entre os anos de 2005 e 2025, disponíveis em língua portuguesa, e que abordassem especificamente os impactos do abuso sexual infantil sobre a saúde mental de crianças, com ênfase no desenvolvimento do TEPT e suas repercussões no desempenho escolar e nas relações sociais. Foram excluídos materiais duplicados, artigos de opinião sem base empírica e estudos que não focassem na infância ou que tratassem o tema de forma tangencial.

Após a triagem inicial, foram selecionados os textos que mais contribuíam para os objetivos da pesquisa. A leitura foi realizada em duas etapas: a leitura exploratória, com foco nos resumos e palavras-chave, e a leitura seletiva e crítica, voltada para a análise detalhada do conteúdo dos textos selecionados. Os dados obtidos foram organizados por categorias temáticas, facilitando a sistematização dos principais achados sobre os efeitos psicossociais do abuso sexual infantil, com destaque para a manifestação do TEPT e o papel da escola na detecção e no acolhimento das vítimas.

Essa metodologia permitiu reunir uma base teórica sólida, que subsidiou a análise crítica do fenômeno da violência sexual contra crianças sob a perspectiva da vulnerabilidade psíquica e educacional.

A partir desse levantamento, foi possível construir um panorama das consequências emocionais do abuso e destacar a importância da atuação interdisciplinar no enfrentamento da problemática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção tem como objetivo apresentar os resultados obtidos a partir da análise dos artigos científicos selecionados na pesquisa bibliográfica, bem como discutir os principais achados à luz do referencial teórico que fundamenta este estudo. Foram selecionados 06 (seis) artigos que atenderam aos critérios estabelecidos na metodologia, os quais estão organizados na Tabela 1, conforme autor(es), ano, título e objetivo.

Tabela 1 - Artigos selecionados

Autor(es)/Ano	Título	Objetivo
Rover et al. (2020)	Violência contra a criança: indicadores clínicos na odontologia	Relatar os aspectos orofaciais dos diferentes tipos de maus-tratos na infância e o papel dos dentistas na avaliação dessas condições.
Brilhante (2022)	A atuação da psicologia infantil na ressignificação de traumas	Compreender quais são as situações estressoras que mais potencializam os traumas e como o profissional de psicologia pode atuar de forma preventiva para que essas passagens não se tornem efetivamente traumas na idade adulta.
Macari et al. (2024)	Influência do trauma na infância sobre a saúde mental	Analisar e sintetizar as informações disponíveis sobre a influência do trauma na infância sobre a saúde mental, com foco no contexto brasileiro e nas políticas públicas de saúde relacionadas a esse tema
Inoue e Ristum (2008)	Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola	Analisar os casos de violência sexual identificados ou revelados no contexto educacional, descrevendo suas formas, incidências, perfil da vítima, do agressor, do responsável pela identificação e circunstância da revelação
Fuks (2006)	Consequências do abuso sexual infantil	Analisar as manifestações do abuso sexual infantil
Amorim et al. (2021)	Desempenho intelectual e crenças disfuncionais em crianças vítimas de abuso sexual	Avaliar a inteligência de um grupo de crianças que sofreu abuso sexual e relacioná-la com crenças disfuncionais.

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos estudos permitiu identificar diversas consequências emocionais, cognitivas e comportamentais decorrentes do abuso sexual infantil. Observou-se ainda que os impactos se manifestam de forma multidimensional, afetando o desempenho escolar, a autoestima, a capacidade de socialização e o desenvolvimento global das crianças.

Em pesquisa bibliográfica realizada, Rover et al. (2020) observaram que, em razão do abuso sexual, além dos sinais físicos, a criança pode apresentar diversos distúrbios psicológicos, tais como medo, raiva, ansiedade, angústia, depressão e isolamento social. Comportamentos como mentiras compulsivas, desconfiança em relação aos adultos, choro frequente sem motivo aparente, resistência em retornar para casa e queda no desempenho escolar também são indicativos importantes. Outros sinais possíveis incluem retenção fecal, dificuldades relacionadas à sexualidade, prática excessiva de masturbação e comportamentos sexualizados. Ademais, a higiene bucal e corporal da criança pode se apresentar comprometida, indicando possível negligência ou sofrimento emocional.

O abuso em si pode levar as crianças a se sentirem culpadas pelo ocorrido, além de perceberem-se como diferentes de forma negativa em relação às outras crianças, desenvolvendo sentimentos de inferioridade e inadequação. Frequentemente, essas crianças apresentam sintomas de ansiedade e têm maior propensão ao desenvolvimento de quadros depressivos. Ademais, apresentam uma prevalência elevada de transtornos psiquiátricos, o que dificulta sua adaptação ao meio social e resulta em respostas psicológicas distintas quando comparadas às demais crianças (Almeida et al., 2021).

Para Fuks (2006), discutir os efeitos do abuso, sejam eles imediatos ou de longo prazo, implica abordar o risco de um bloqueio profundo nos processos de subjetivação da criança. Sem o apoio de outras pessoas, a vítima encontra dificuldades significativas para simbolizar o trauma vivido. Essa experiência tende a se perpetuar em seus efeitos psíquicos, dificultando a reconstrução do sujeito e comprometendo sua identidade. É necessário reconhecer que se trata de uma ruptura trágica e concreta na vida da criança, e que, por diversos fatores, não é fácil para ela expressar o que vivenciou. Nesse sentido, um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais da área – assim como ocorre em outras situações complexas – é justamente promover condições para que o traumatismo possa ser simbolizado e, assim, elaborado.

Conforme Amorim et al. (2021), crianças vítimas de abuso sexual que manifestam características disfuncionais tendem a desenvolver uma visão negativa de si mesmas e do mundo ao seu redor, manifestando descrença em suas próprias capacidades e nas pessoas ao seu redor. Essas crianças frequentemente apresentam dificuldades em confiar nos outros, sentem vergonha de si mesmas e podem desenvolver uma forte tendência à desesperança e à perda do desejo de viver. Consequentemente, o suicídio configura-se como uma das principais causas de morte entre adolescentes que sofreram tais abusos.

Brilhante (2022) se debruça sobre a atuação da psicologia infantil na ressignificação de traumas, indicando a maneira com que a psicologia possui influência para lidar com os traumas acarretados por abuso sexual infantil. De acordo com a autora, para identificar possíveis casos de violência, é importante observar sinais físicos na criança, como lesões ou machucados sem justificativa aparente, além de aspectos como o uso inadequado de roupas em relação ao clima, irritabilidade e comportamentos agressivos em relação aos outros. No caso da violência sexual, as manifestações tendem a ser mais emocionais do que físicas. A

criança pode apresentar isolamento social, sentir vergonha excessiva em situações comuns, chorar com facilidade, evitar contato físico com adultos e demonstrar medo intenso.

Ainda, Macari et al. (2024) realizam revisão de literatura, em que se identifica que um número expressivo de adultos que buscam atendimento psicológico em decorrência de questões atuais, muitas vezes associadas direta ou indiretamente a traumas vivenciados na infância, evidencia a importância de investigar esses eventos precoces. Os estudos analisados ressaltam a relação entre traumas infantis e transtornos mentais na vida adulta, destacando a influência profunda e duradoura dos estímulos recebidos na primeira infância.

Além disso, os autores concluíram que, entre os transtornos mentais comumente vinculados a experiências traumáticas na infância, encontram-se o Transtorno de Ansiedade Generalizada, o Transtorno Depressivo Maior e o Transtorno Compulsivo Alimentar, os quais apresentam alta prevalência. Dessa forma, é fundamental um cuidado atento às vivências infantis, uma vez que a carga emocional acumulada, consciente ou não, pode contribuir para o desenvolvimento desses transtornos na fase adulta (Macari et al., 2024).

Já Inoue e Rustim (2008) identificam que o primeiro ambiente de vivência e socialização da criança é o núcleo familiar, sendo a escola o segundo espaço mais significativo nesse processo. Quando a própria família é a autora da violência contra a criança ou o adolescente, ou ainda quando falha em sua função de cuidado, formação e proteção, a escola passa, em muitos casos, a ser a única instituição responsável por zelar pela integridade dos educandos. Isso não significa que a escola deva assumir responsabilidades que cabem à família, mas sim que ela deve atuar de forma colaborativa, auxiliando no reconhecimento do papel familiar e incentivando seu cumprimento. Entre as estratégias possíveis estão o ensino da cidadania, o fornecimento de informações e orientações aos responsáveis e, quando necessário, a comunicação dos casos de violência aos órgãos competentes.

As autoras conduziram a pesquisa com base nos registros das informações fornecidas pelas vítimas ou por seus representantes legais, constantes no Protocolo de Atendimento de Usuários do Viver, localizado em Salvador, Bahia. Entre 21 de dezembro de 2001 e 31 de agosto de 2004, foram contabilizados 2.522 protocolos de atendimento. Desse total, apenas 22 casos de violência foram identificados por educadores e devidamente encaminhados, ou seja, após a denúncia, as vítimas receberam suporte nas esferas médica, jurídica, social e psicológica. Esse dado evidencia uma problemática alarmante: ou os educadores desconhecem os direitos das crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, ou, mesmo tendo ciência desses direitos, optam por se omitir diante de suspeitas ou confirmações de violência sexual, deixando de cumprir o dever de denúncia e proteção (Inoue; Rustim, 2008).

Diante do exposto, os resultados apontam para a necessidade urgente de fortalecimento das redes de proteção à infância, com investimentos em políticas públicas, capacitação de profissionais e ampliação

do acesso à saúde mental. O trauma, quando não tratado, pode comprometer severamente o desenvolvimento psíquico e social da criança, perpetuando um ciclo de sofrimento e exclusão. Dessa forma, o enfrentamento do abuso sexual infantil e de suas consequências deve ser compreendido como um dever coletivo que atravessa os campos da saúde, da educação, da assistência social e da justiça.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a vulnerabilidade de crianças vítimas de abuso sexual e os impactos psicológicos decorrentes dessa violência, com ênfase no desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). A partir da análise de artigos científicos, constatou-se que o TEPT é uma das principais manifestações psicopatológicas nas vítimas, afetando significativamente sua capacidade de simbolizar o trauma, seu desenvolvimento cognitivo e emocional, e sua interação social e escolar.

As evidências reunidas demonstram que o abuso sexual infantil provoca um rompimento na estrutura psíquica da criança, gerando bloqueios nos processos de subjetivação e, muitas vezes, resultando em sintomas graves como ansiedade, depressão, dissociação, tentativas de suicídio e dificuldades de aprendizagem. Diante disso, destaca-se a importância da atuação interdisciplinar das redes de proteção — saúde, educação, justiça e assistência social — para o acolhimento adequado e para a construção de estratégias que promovam a escuta, o cuidado e a ressignificação da experiência vivida.

Por fim, reforça-se que o enfrentamento do abuso sexual infantil exige não apenas o fortalecimento de políticas públicas, mas também a sensibilização e formação contínua dos profissionais que atuam com a infância. A escuta ativa, o acolhimento qualificado e a intervenção terapêutica são fundamentais para que a criança consiga superar o trauma e retomar seu desenvolvimento de forma saudável. O combate à violência sexual contra crianças deve ser compreendido como uma responsabilidade coletiva e contínua, pautada na garantia dos direitos humanos e na promoção da dignidade da infância.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Amanda Freire; MOUSSA, Iasmin Amaral; RIBEIRO, Rosangela Kátia Sanches Mazzorana; ROAMA-ALVES, Rauni Jandé; GONSALVES, Ana Cristina Cardoso. Desempenho intelectual e crenças disfuncionais em crianças vítimas de abuso sexual. **Revista de Psicopedagogia**, v. 28, n. 116, p. 143-151, 2021.

BORGES, Jeane Lessinger; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Relações entre abuso sexual na infância, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, p. 371-379, 2008.

BRILHANTE, Laura Rios Ramos. **A atuação da psicologia infantil na ressignificação de traumas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Psicologia), 2022. Disponível em: <https://dspace.uniube.br:8443/handle/123456789/2087>. Acesso em: 12 jul. 2025.

FUKS, Lucía Barbero. Consequências do abuso sexual infantil. **Percurso**, v. 19, n. 36, p. 41-52, 2006.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; BORGES, Jeane Lessinger; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Silvia Helena. Caracterização dos sintomas do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em meninas vítimas de abuso sexual. **Psicologia Clínica**, v. 22, n. 2, p. 27-44, 2010.

INOUE, Silvia Regina Viodres; RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 1, p. 11-21, 2008.

LOWENKRON, Laura. Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas? **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, v. 5, p. 9-29, 2010.

MACARI, Matheus Dal Bosco et al. Influência do trauma na infância sobre a saúde mental. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 2, p. 2241-2249, 2024.

PELISOLI, Cátula; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. As Contribuições da Psicologia para o Sistema de Justiça em Situações de Abuso Sexual. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 34, n. 4, p. 916-930, 2014.

PEREIRA, Paulo Celso; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. A concepção de educadores sobre violência doméstica e desempenho escolar: violência doméstica e desempenho escolar. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 12, n. 1, p. 139-152, 2008.

SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicologia & Sociedade** v. 22, n. 2, p. 328-335, 2010.

SILVA, Mariana Martins da. Contextualização da sexualidade e violência sexual infantil: o papel da psicologia mediante casos de suspeita de abuso. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 6, p. 346-360, 2018